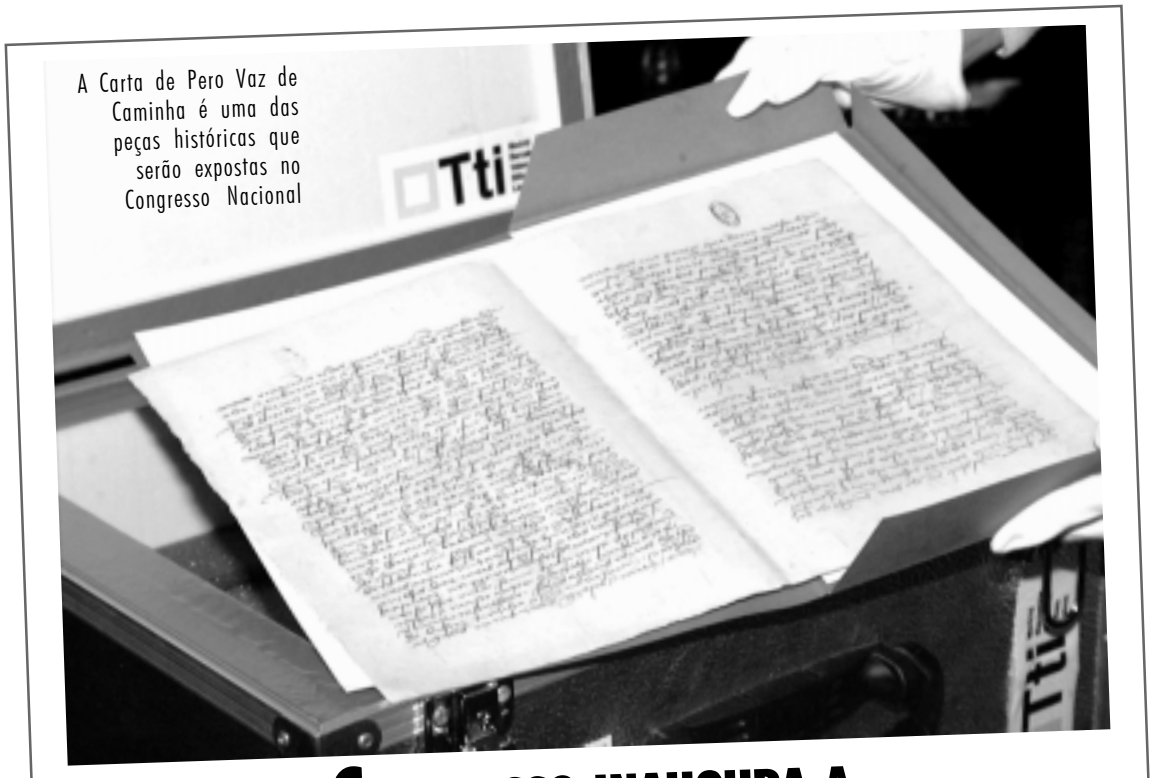
JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano VI – Nº 1.172 – Brasília, terça-feira, 3 de outubro de 2000

Plenário discute novo papel de guarda municipal

Os senadores começam a debater hoje proposta de emenda constitucional, de autoria do senador Romeu Tuma, que permite às guardas municipais a execução de policiamento ostensivo e preventivo, mediante convênio com os estados. Atualmente, as guardas têm função de proteger bens, serviços e logradouros dos municípios

Página 3



A Carta de Pero Vaz de Caminha é uma das peças históricas que serão expostas no Congresso Nacional

Congresso inaugura a Mostra do Redescobrimento

Página 4

CAE analisa criação de fundo para desenvolvimento das telecomunicações

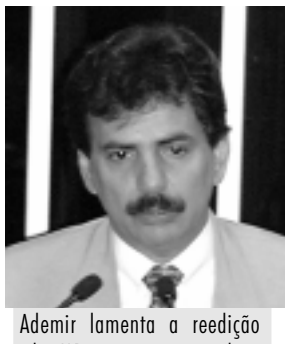
Página 2

"O PT representa uma reserva ética", afirma Roberto Requião

Requião anuncia apoio ao PT em três cidades do Paraná

Página 3

Ademir cobra do BC providências contra abusos na cobrança de juros



Ademir lamenta a reedição de MP que permite cobrar juros sobre juros

Página 4

Comissão de Educação examina projeto que pune pai de aluno que faltar às aulas

Página 3

Dívida federal chegará a R$ 822,1 bi no final de 2001

RECEITAS	
Imposto de Renda	R$ 53,8 bilhões
IPI	R$ 19,5 bilhões
Imposto sobre Operações Financeiras	R$ 3,2 bilhões
CPMF	R$ 13,7 bilhões
Imposto de Importação	R$ 8,6 bilhões
Cofins	R$ 42,9 bilhões
Pis-Pasep	R$ 10,8 bilhões
Lucro de empresas	R$ 9,7 bilhões
Receita da Previdência	R$ 62,6 bilhões
Concessões de serviços	R$ 8,7 bilhões
Tributação nas refinarias	R$ 6,5 bilhões
Outros	R$ 28,9 bilhões
DESPESAS	
Saúde	R$ 17,9 bilhões
Educação	R$ 7,4 bilhões
Outras áreas sociais	R$ 17,0 bilhões
Pagamento líquido de juros	R$ 45,4 bilhões
Pessoal da ativa	R$ 33,4 bilhões
Aposentados do serviço público	R$ 26,1 bilhões
Benefícios da Previdência Social	R$ 72,8 bilhões
Tranferências constitucionais a estados e municípios	R$ 39,7 bilhões

A dívida pública da União, interna e externa, sob a forma de títulos ou de contratos, deverá chegar a R$ 822,1 bilhões em 31 de dezembro de 2001. A previsão consta do projeto de Orçamento do próximo ano, em discussão no Congresso Nacional. Só com os juros de sua dívida, o governo federal terá um gasto bruto de R$ 93,4 bilhões no ano que vem.

Página 3

CAE analisa fundo para as telecomunicações

A proposta de criação do Funttel é um dos dez itens que estão na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos. Outro projeto a ser discutido submete ao Senado os acordos assinados com o Fundo Monetário Internacional

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje para votar uma pauta de dez itens. Um dos projetos é o que cria o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel), já aprovado pela Câmara dos Deputados e que será também analisado pela Comissão de Educação (CE).

Wellington Roberto preparou parecer favorável ao projeto que cria o Funttel

A proposição tem parecer favorável do relator na CAE, senador Wellington Roberto (PMDB-PB), que apresentou emenda incluindo, no conselho gestor do Funttel, um representante do Ministério da Defesa. A presença, justifica o relator, é necessária devido ao desenvolvimento, pelo ministério, do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (Siscomis), que se enquadra no Funttel.

O primeiro item da pauta da CAE é o projeto de resolução, do senador José Alencar (PMDB-MG), que convalida atos previstos em duas resoluções anteriores do Senado Federal. As resoluções aprovaram o refinanciamento da dívida de Minas Gerais e a compra de ações do Bemge (Banco do Estado de Minas Gerais) e da Minascaixa. A matéria teve substitutivo do senador Roberto Requião (PMDB-PR), aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Requião estendeu a convalidação proposta por Alencar a outros estados em situação semelhante à de Minas Gerais. O relator na CAE, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), apresentou voto pela aprovação do texto da CCJ, incluindo emenda do próprio autor do projeto, José Alencar, que exclui da convalidação atos baseados em protocolos, contratos e termos aditivos sem a aprovação do Senado.

Também tem voto favorável do relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), projeto de resolução do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que obriga a aprovação prévia, pelo Senado Federal, dos acordos assinados com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Já o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) opinou pela rejeição do projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que beneficia, na distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal, as unidades da Federação que cumprirem a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Comissão ouve diretores do BC sobre auditoria no Banestado

Os resultados da auditoria promovida no Banestado (Banco do Estado do Paraná) deverão ser expostos hoje aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pelos diretores de Fiscalização e de Finanças Públicas do Banco Central, Tereza Grossi e Carlos Eduardo de Freitas. O requerimento de convocação da audiência pública, apresentado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), foi aprovado pelo colegiado em 12 de setembro.

Durante a discussão do requerimento na CAE, Osmar Dias defendeu a suspensão do leilão de privatização do Banestado, marcado para 18 de outubro. Segundo o parlamentar, foram gastos R$ 5,1 bilhões no saneamento do banco, cuja venda está prevista para ser feita pelo preço mínimo de R$ 434 milhões.

De acordo com a justificação do requerimento, o Ministério Público Federal no Paraná está investigando a existência de irregularidades no banco, especialmente na gestão do Banestado Leasing. O autor do requerimento pretende obter do Banco Central maiores informações a respeito da auditoria realizada na instituição financeira estadual, por ocasião do processo de saneamento com o objetivo de permitir a sua privatização.

– As operações realizadas pelo governo do Paraná têm sido objeto de profundos questionamentos, tanto quanto a sua legalidade como em relação aos seus efeitos futuros sobre a economia do estado – afirma Osmar Dias no requerimento. Ele lembra que o saneamento das finanças do Banestado ocorreu por meio de operação de empréstimo aprovada pelo Senado.

Suassuna recebe hoje delegação da Líbia

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), recebe hoje em seu gabinete, às 11h, delegação do governo da Líbia. Compõem a missão oficial, entre 19 autoridades, o secretário nacional do Comitê do Petróleo, o diretor da Companhia Nacional de Abastecimento e o secretário nacional da Companhia Árabe-Líbia de Investimentos Externos.

A delegação da Líbia vem ao Senado discutir o estreitamento das relações econômicas com o Brasil. Desde que assumiu a presidência da CAE, em junho do ano passado, Suassuna tem mantido entendimentos com representantes de vários países, especialmente da África e da Ásia.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 45/2000 – Complementar, altera a Lei Complementar nº 95/98; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 87/99, altera dispositivo da Constituição federal (parágrafo 8º do art. 144 da Constituição federal – constituição de guardas municipais); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 88/99, altera os artigos 49, 57, 59, 66, 67 e 166 da Constituição federal e reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional; PLC nº 102/96, amplia a legitimação para causas perante os juizados especiais cíveis; PDL nº 217/99, aprova o ato que renova a permissão outorgada ao Sistema de Radiodifusão Araxá para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Araxá (MG); PDL nº 173/2000, aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Associados em FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cururupu (MA); PDL nº 38/2000, aprova o texto do acordo entre os governos do Brasil e do Peru sobre cooperação entre as academias diplomáticas dos dois países; PR nº 134/99, altera o Resolução do Senado nº 78/98, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autoridades; Requerimento nº 362/2000, do senador Sebastião Rocha, solicitando que a Resolução do Senado nº 80/99 seja desapensada da Resolução nº 81/99, de forma a retomar sua tramitação própria; e PLS nº 108/2000, altera o art. 94 da Lei nº 9.615/98, que institui normas gerais sobre desporto, prorrogando o prazo para a transformação dos clubes em empresas até 30 de junho de 2002.

COMISSÕES

10h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: PR nº 39/99, que convalida os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas resoluções 44 e 45, de 1998, do Senado e fixa critérios para a renovação das obrigações financeiras vincendas; PLS nº 617/99, altera o *caput* do artigo 2º do Decreto-Lei nº 9. 760/46, atualizando o conceito de terrenos de marinha; PRS nº 41/99, altera a PRS nº 96/89, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantias da União em operações de crédito externo e interno; PLS nº 153/2000, que cria instrumento de redistribuição do Fundo de Participação dos Estados para entes da Federação que cumpram todos os dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal; Mensagem nº 123/2000, que solicita ao Senado seja autorizada a elevação do limite de endividamento da Petrobras, em R$ 3,3 bilhões, a serem destinados ao alongamento da dívida, sem aumento do endividamento total, sendo R$ 2,2 bilhões a serem contratados no corrente exercício e R$ 1,1 bilhão em 2001; PLS nº 573/99, altera dispositivos da Lei nº 9 .427/96, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica; PLC nº 47/99, que institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel); PLC nº 2/2000, que dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; PLS nº 460/99, altera o artigo 20 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros, para incluir entre os seguros obrigatórios o seguro de garantia das obrigações das administradoras de consórcio; e PLS nº 601/99, que dispõe sobre isenção de custos na emissão do CPF para desempregados e cidadãos de baixa renda. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

11h30 – Comissão de Educação
Pauta: PLS nº 505/99, que inclui conteúdos de Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e Superior; PLS nº 140/2000, que denomina Rodovia Luiz Corrêa de Melo trecho da BR-401, no estado de Roraima; PLS nº 15/99, altera os arts. 121, 137, 147 e 2.888 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal) e o art. 75 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente); PLC nº 26/2000, altera dispositivos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e PDLs aprovando atos de renovação de concessão e de outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 15*

17h – Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: exposição dos diretores do Banco Central do Brasil Tereza Grossi, de Fiscalização, e Carlos Eduardo de Freitas, de Finanças Públicas e Regimes Especiais, acerca de fatos relacionados ao processo de auditoria realizado no Banestado Leasing, por ocasião do saneamento do banco, tendo em vista sua privatização. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

17h30 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Mensagem nº 164/2000, que submete à apreciação do Senado o nome de Ricardo Luiz Viana de Carvalho para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Suriname. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7*

ESPECIAL

18h30 – Inauguração da Mostra do Redescobrimento – Brasil + 500. Além do original da Carta de Pero Vaz de Caminha, a exposição apresentará, ainda, 22 obras de artistas brasileiros e portugueses contemporâneos, fazendo uma releitura moderna dos temas e cenários descritos no documento. *Salão Negro do Congresso Nacional*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Requião anuncia apoio do PMDB ao PT no Paraná

O PMDB apoiará os candidatos petistas que disputarão o segundo turno das eleições para prefeito nas cidades paranaenses de Curitiba, Londrina e Maringá. O anúncio foi feito ontem pelo senador Roberto Requião, presidente do PMDB no Paraná. "O PT representa uma reserva ética no estado e no Brasil", justificou.

Os resultados das eleições paranaenses representaram, na avaliação do senador, uma derrota para o governador Jaime Lerner, cujo partido, o PFL, perdeu em seis dos oito maiores municípios do estado. Requião disse que, no segundo turno, com o apoio do PMDB aos candidatos petistas, Lerner ficará definitivamente derrotado.

Requião manifestou, no entanto, insatisfação com o fato de os candidatos petistas não terem feito durante a campanha críticas ao governador e ao PFL, como fez o PMDB.

– O PT levou adiante uma campanha desideologizada, na sombra do confronto entre o PMDB e o PFL no estado, como se as eleições fossem um concurso de simpatia e de bom comportamento – disse.

A atuação do Tribunal Regional Eleitoral do estado foi elogiada pelo senador. Segundo ele, o tribunal julgou as questões com correção e imparcialidade, muitas vezes corrigindo as decisões dos juízes de primeira instância.

Para o senador Roberto Requião, "o PT representa uma reserva ética no estado e no Brasil"

CRE vota indicação para embaixador no Suriname

A indicação do diplomata Ricardo Luiz Viana de Carvalho para exercer a função de embaixador do Brasil no Suriname será votada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), a partir das 17h30 de hoje.

O senador Lauro Campos (PT-DF) é o autor do parecer sobre o assunto.

Chega ao Plenário emenda que fortalece guardas municipais

Proposta de Romeu Tuma permite aos municípios firmar convênios com os estados para executar o policiamento preventivo e ostensivo

O Senado começa a discutir hoje proposta de emenda constitucional do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que permite às guardas municipais a execução de policiamento ostensivo e preventivo.

A Constituição já permite que os municípios criem guardas próprias com a função de proteger bens, serviços, instalações e logradouros municipais. A proposta amplia o papel da guarda, que passaria a atuar também no policiamento, mediante convênio entre o município e o estado.

Examinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o texto recebeu uma emenda do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) acrescentando "as populações" entre os alvos merecedores de proteção das guardas municipais. O relator, Iris Rezende (PMDB-GO), acolheu a emenda.

O Plenário também inicia hoje a discussão da proposta de emenda constitucional do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que altera seis artigos da Constituição federal para reduzir as hipóteses de sessão conjunta do Congresso Nacional.

Alcântara considera equivocado o entendimento vigente desde 1946 de que o Congresso deve funcionar mais em sessão conjunta.

"Em razão desse entendimento, sérios empecilhos foram criados ao pleno funcionamento do Legislativo, tornando-o refém contumaz do Executivo e da imprensa", afirmou, em defesa da proposta. Relator da matéria na CCJ, Jefferson Péres (PDT-AM) concordou com a mudança, dizendo que "o bicameralismo brasileiro é assunto ainda mal resolvido, por não haver adequada definição de atribuições das duas Casas que compõem o Congresso".

O Senado vota ainda projeto, relatado na CCJ pelo senador Amir Lando (PMDB-RO), que possibilita ajuizar ações perante os juizados especiais cíveis, além das pessoas físicas capazes, a microempresa, a entidade beneficente ou assistencial e o condomínio, quando representado pessoalmente pelo síndico.

Outro projeto que aguarda votação é o destinado a reunir as leis federais em codificações para a formação da Consolidação da Legislação Federal. Essa consolidação se fará mediante a integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal.

Logo após a elaboração dos textos de consolidação da lei federal, o Executivo deverá torná-los disponíveis na Internet, pelo prazo mínimo de dez dias, para análise da sociedade.

CE avalia medidas contra evasão escolar

Com parecer favorável da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), a Comissão de Educação (CE) examina hoje, a partir das 11h, projeto de lei que responsabiliza criminalmente os pais ou responsáveis pelos alunos faltosos nas escolas do ensino fundamental. A proposta obriga os dirigentes de escolas do ensino fundamental a enviar, a cada bimestre, ao Conselho Tutelar do Município e ao juiz da respectiva comarca a relação dos alunos com 25% de faltas não justificadas.

Emilia Fernandes: parecer favorável à proposta

O projeto estabelece que a notificação deve conter os nomes dos pais ou responsáveis pelos respectivos alunos, além de seus endereços. A relação dos alunos faltosos seria enviada ao Ministério Público somente depois de esgotados os recursos escolares pertinentes.

Emilia Fernandes diz que, de acordo com estatísticas educacionais, grande parte das crianças brasileiras encontra-se fora da escola.

– Seja porque ainda não tiveram oportunidade de matricular-se, seja porque abandonaram os estudos devido, principalmente, aos repetidos fracassos e à necessidade de complementar o orçamento familiar.

Também está na pauta da CE projeto de lei do ex-senador Luiz Estevão que aumenta em um terço as penas a serem aplicadas nos crimes de agressão física praticados por lutadores de artes marciais. A proposta tem parecer favorável do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

A pauta da reunião da CE inclui ainda quatro projetos de decreto legislativo que tratam da aprovação e/ou renovação da concessão de emissoras de rádio e TV.

Dívida federal deve atingir R$ 822,1 bilhões no final de 2001

Toda a dívida pública da União, interna e externa, sob a forma de títulos ou de contratos, deve chegar a R$ 822,1 bilhões em 31 de dezembro de 2001. A previsão consta do projeto de Orçamento em discussão no Congresso. São R$ 699,8 bilhões em títulos federais no mercado nacional e R$ 102,6 bilhões em títulos negociados no exterior.

A União também deve ao exterior outros R$ 19,7 bilhões, tomados em operações de financiamento de bancos, organizações internacionais e governos.

Só com juros, o governo federal terá um gasto bruto de R$ 93,4 bilhões. A conta cai para R$ 45,4 bilhões, descontando os juros a receber de estados e municípios e até de dívidas do Banco Central. Para o governo e os técnicos de orçamento do Congresso, os números relevantes para análise da saúde financeira do governo são os R$ 45,4 bilhões de juros líquidos.

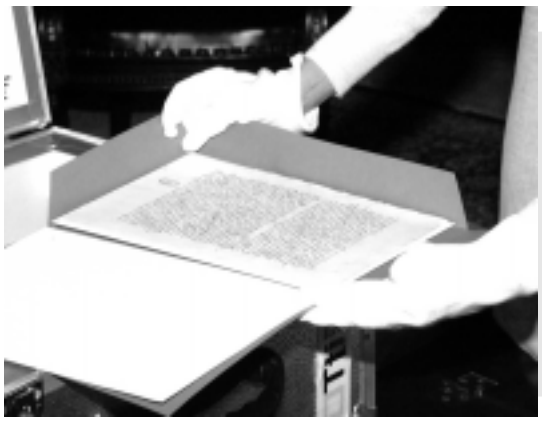
Haverá um crescimento de R$ 143,4 bilhões (+21,1%) no estoque das dívidas interna e externa no decorrer do próximo ano. Conforme o governo, isso se deve principalmente a emissões especiais de títulos para cobrir déficits do Banco Central e pela criação, no BC, de uma carteira de títulos da União, pois a recente Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe o banco de emitir títulos próprios depois de maio de 2002.

A dívida federal no mercado interno, que era próxima de R$ 60 bilhões em dezembro de 1994, cresceu rapidamente, segundo o Ministério do Planejamento, entre outras coisas, devido à política do presidente Fernando Henrique Cardoso de "federalizar" dívidas estaduais (saneamento fiscal dos estados). A União "comprou" as dívidas dos estados e, em troca, exigiu que eles iniciassem um severo programa de ajuste financeiro. Somando principal e juros, só a "federalização" representa mais de R$ 200 bilhões da dívida interna do governo federal.

Além disso, de acordo com o Executivo, a dívida cresceu por causa dos altos juros adotados para enfrentar duas grandes crises financeiras externas (da Ásia e da Rússia). De janeiro de 1995 até o último mês de julho, o Tesouro Nacional teve ainda de assumir cerca de R$ 30 bilhões de dívidas de estatais liquidadas. Outros R$ 17 bilhões foram gastos na capitalização do Banco do Brasil e no ressarcimento de ICMS para estados exportadores (Lei Kandir).

ACM inaugura hoje Mostra do Redescobrimento

A exposição, que poderá ser vista a partir de amanhã até o dia 15 no Salão Negro do Congresso Nacional, traz a Carta de Pero Vaz de Caminha. O documento é o primeiro relato sobre as terras brasileiras e os índios que viviam no litoral



A Carta de Pero Vaz de Caminha é um dos documentos da mostra, vista por quase dois milhões de visitantes em São Paulo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, inaugura hoje, às 18h30, no Salão Negro do Congresso Nacional a Mostra do Redescobrimento – Brasil + 500. Serão mostrados dois módulos da exposição, vista por quase dois milhões de pessoas em São Paulo, entre abril e setembro.

A Carta de Pero Vaz de Caminha é o módulo que será exposto nas dependências do Congresso Nacional, entre os dias 4 e 15 de outubro, das 9h às 18h30. Além do original da carta enviada por Caminha ao rei de Portugal, relatando a descoberta das terras brasileiras e os primeiros contatos com os índios, a exposição apresentará também 22 obras de artistas brasileiros e portugueses contemporâneos, que fazem uma releitura moderna dos temas e cenários descritos no documento.

Um outro módulo da mostra, o de Arte Popular, poderá ser igualmente apreciado pelos brasilienses a partir de 11 de outubro, no Centro Cultural do Banco do Brasil. As exposições integram o programa de percurso nacional da Mostra do Redescobrimento, que vai ser apresentada nas principais capitais brasileiras. A exposição será posteriormente levada ao exterior.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 – *Cidadania* – Elizabeth Sussekind, secretária Nacional de Justiça, e o juiz de direito George Lopes Leite falam sobre o sistema penitenciário no Brasil
7h30 – *Entrevista* – Dorival Correia Bruni, presidente do Instituto Ambiental Biosfera, fala sobre o "Forest 2000"
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – PCN – Matemática – As crianças, seus espaços e suas ações
9h – *Cores do Brasil* – Pernambuco
9h30 – *Entrevista* – Professor Cristovam Buarque fala sobre globalização, educação e pobreza
10h – Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
Logo após – Comissão de Educação (gravado)
13h30 – *Cidadania*
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
Logo após – Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Comissão de Relações Exteriores (gravado)
Logo após – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
10h – Comissão de Assuntos Sociais
14h30 – Sessão Plenária do Senado (vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*. Em seguida – Música e informação
24h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11,com conectores tipo F

Informações técnicas:
- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Adiada para a próxima terça audiência sobre restrição a propaganda de fumo

O projeto de lei que restringe o uso e a publicidade do fumo, bebidas alcoólicas, medicamentos e agrotóxicos será debatido na próxima terça-feira, dia 10, pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Participarão da audiência pública especialistas e autoridades ligadas ao tema. A discussão estava prevista inicialmente para ocorrer hoje, mas foi adiada para possibilitar a presença de todos os convidados.

A iniciativa do encontro partiu do relator do projeto, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo, e do senador Moreira Mendes (PFL-RO), que pretendem oferecer aos senadores maiores informações sobre o tema. O projeto é do Executivo e já foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

A CAS e a CCJ examinam o projeto ao mesmo tempo, e vão ouvir, entre outros, representantes da Associação Brasileira de Agências de Publicidade (Abap), da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA) e do Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar). Foram também convidadas a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Associação Nacional de Jornais (ANJ), a Associação Nacional dos Editores de Revistas (Aner), a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra) e a Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo).

Receberam igualmente convite para a audiência técnicos do Ministério da Saúde e do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), além do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, e do ex-senador Josaphat Marinho. Everardo Maciel deve falar sobre o impacto que as novas medidas, se aprovadas, podem ter sobre a arrecadação de impostos no país.

O projeto proíbe a propaganda de cigarros em jornais, revistas e emissoras de rádio e TV.

Ademir cobra medidas contra juros abusivos

A falta de medidas por parte do Banco Central para coibir o abuso nas cobranças das taxas de juros pelas instituições financeiras levou o senador Ademir Andrade (PSB-PA) a encaminhar requerimento de informações ao ministro da Fazenda, Pedro Malan. O senador quer o estabelecimento de regras e defende a punição dos bancos que as desobedecerem, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor. Ademir Andrade acusa o governo de permitir o abuso, pois foi reeditada a medida provisória que permite a cobrança de juros sobre juros, afirmou.

Ademir disse que a relação jurídica entre bancos e clientes é regida por contrato de adesão, com termos que não podem ser contestados pelo correntista, e que portanto não pode haver cláusulas abusivas. "A vinculação das pessoas a instituições financeiras é uma relação jurídica compulsória, pois, na sociedade de consumo atual, seria mesmo impossível imaginar que alguém pudesse tocar a vida sem algum tipo de dependência de um banco."

Recentemente, o senador enviou requerimento ao Banco Central solicitando informações sobre a existência de critérios que definiriam o abuso na cobrança de juros. O BC informou que a única referência ao assunto encontra-se na Lei da Usura, cujos dispositivos não se aplicam ao sistema financeiro nacional.

– Muito antes de o BC pretender estabelecer a falsa legalidade entre os juros praticados e a imoralidade abusiva exigida nos contratos bancários, torna-se interessante deixar patente que desde o Código Comercial de 1850, ainda em vigor, do Código Civil de 1916, também em vigor, do Decreto 22.626/33, da Constituição federal de 1988 e do Código de Defesa do Consumidor, de 1990, é proibida a cobrança de juros sobre juros em todos os contratos de financiamento.

Ademir Andrade: legislação brasileira, inclusive a Constituição, protege consumidor

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelo senador Bello Parga